

Segunda-Feira, 27 de Abril de 2026

## **Isenção do IR pode acrescentar R\$ 313 por mês ao salário do trabalhador**

**Sindifisco alerta que, como não há correção da tabela pela inflação, trabalhadores com renda acima de R\$ 7.350 não terão qualquer ganho**

Um trabalhador que recebe R\$ 5 mil por mês **terá ganho de R\$ 312,89 mensais na renda**, o que equivale a **mais de R\$ 4 mil por ano**, caso o projeto que muda o Imposto de Renda seja aprovado também no Senado. [O texto foi votado por unanimidade nesta quarta-feira \(1º\) na Câmara dos Deputados.](#)

Segundo cálculos do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal), [a mudança não altera a tabela progressiva, mas cria uma dedução automática.](#)

Para quem recebe até R\$ 5 mil, o imposto devido será zerado. Já para rendimentos entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, aplica-se uma fórmula de redução ( $978,62 - 0,133145 \times \text{rendimento tributável}$ ) que diminui o valor a pagar até se extinguir nesse limite.

### **Impacto no bolso do trabalhador:**

- R\$ 5.000: isenção total, ganho de R\$ 312,89 por mês (mais de R\$ 4.067 ao ano).
- R\$ 6.000: economia de R\$ 181,75 mensais (cerca de R\$ 2.300 ao ano).
- R\$ 7.000: redução de cerca de R\$ 50 mensais (R\$ 650 ao ano).
- Acima de R\$ 7.350: sem mudança, imposto continua igual.

O Sindifisco alerta que, como não há correção da tabela pela inflação, trabalhadores com renda acima de R\$ 7.350 não terão qualquer ganho.

A entidade defende que, até que seja criada uma regra permanente de atualização, [o governo mantenha a correção com base no salário mínimo.](#)

“Na impossibilidade de corrigir pela inflação, é fundamental manter a correção da tabela progressiva pelo salário mínimo, como tem sido feito nos últimos anos”, diz a entidade.

Pela Lei Orçamentária enviada ao Congresso pelo governo em agosto, o mínimo passará a R\$ 1.631 em maio de 2026, o que traria um alívio marginal de R\$ 13,56 por mês mesmo para quem está fora da faixa de desconto.

O parecer aprovado também prevê que, em até um ano, o Poder Executivo encaminhe ao Congresso um projeto de lei criando uma política nacional de atualização da tabela do IRPF, para tentar impedir novas distorções.

Além disso, garante que estados e municípios terão repasses trimestrais da União caso a arrecadação dos Fundos de Participação caia com a ampliação da isenção.

[Cristiane Noberto](#), da CNN, Brasília